

A REVISTA DO BRASIL (1916-1925) NA HISTÓRIA DA IMPRENSA

Tania Regina de Luca
Universidade do Estado de São Paulo

A Revista do Brasil, de São Paulo, é hoje (1920), sem dúvida nenhuma, publicação verdadeiramente revista que existe no Brasil¹.

A capacidade da imprensa de colocar-nos em contato com as representações de uma época transformaram-na em fonte privilegiada para o pesquisador das Ciências Humanas: jornais, revistas e suplementos têm sido minuciosamente perscrutados com os mais diferentes objetivos. Atentando para a produção daqueles que se ocuparam das décadas iniciais desse século, fica evidente a predileção pelos periódicos de cunho modernista. A irrupção desse movimento tem exercido uma atração poderosa a ponto de quase monopolizar o olhar inquiridor dos estudiosos. É sintomático que a *Revista do Brasil*, principal publicação de caráter cultural da República Velha, em cujas páginas figuraram os nomes mais representativos da época e que desfrutou de enorme prestígio, ostentando uma rara longevidade para os padrões do seu tempo, não tenha sido alvo de investigações sistemáticas. Nosso intento aqui é estabelecer, a partir de um ponto de vista histórico, o lugar ocupado pelo periódico na história da imprensa sem adentrar, porém, nas múltiplas possibilidades de abordagem ensejadas pelo seu rico conteúdo.

Inicialmente convém esclarecer que a *Revista do Brasil* possuiu várias fases. A primeira delas, com 113 números, estendeu-se de 1916 a 1925; a segunda, que totalizou nove números, foi de 1926 a 1927; a terceira, composta de 56 números, foi editada entre 1938 a 1943; a quarta, com apenas três números, teve lugar em 1944 e finalmente houve um ressurgimento em 1984, data a partir da qual tem sido publicados, sem periodicidade constante, alguns exemplares, sob a responsabilidade da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro e da RIOARTE. Esses momentos guardaram entre si distâncias consideráveis. Abordaremos aqui sua fase primeira.

A *Revista do Brasil* foi idealizada pelo diretor proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita. No início de 1915 ele designou dois auxiliares próximos, Plínio Barreto² e José Pinheiro Machado Júnior, para

¹ BARRETO, Lima. *Impressões de Leitura*. IN: BARBOSA, Francisco de Assis. (org). *Obras de Lima Barreto*. SP, Brasiliense, 1956, v.13, p.70

² A carreira de Plínio Barreto no jornal *O Estado de S. Paulo* teve início em 1886, como revisor, na época em que ainda era estudante da Faculdade de Direito. Posteriormente passou à redação,

cuidar da fundação de um periódico que deveria chamar-se *Cultura*. Nesse momento a imprensa conhecia um processo de transformações aceleradas, iniciado ainda no final do século XIX.

Os jornais, que sempre haviam sido confeccionados artesanalmente em tipografias de pequeno porte, passaram a demandar equipamentos e métodos de produção específicos que permitiam caracterizá-los enquanto atividade industrial. Seus proprietários, subordinados à lógica do capital, viram-se instados a assegurar a saúde financeira do empreendimento, o que exigia uma administração racional, capaz de otimizar lucros, aliada à atualização constante da maquinaria e das técnicas. Tratava-se de atender os imperativos da produtividade e de oferecer ao público uma mercadoria visualmente aprimorada, que incorporasse os rápidos avanços registrados nos processos de impressão.

As inovações, porém, não se limitaram à exterioridade. Já se esboçava a tendência, predominante hodiernamente, dos jornais priorizarem a informação, componente essencial para as sociedades urbanas. Essa maior agilidade só se tornou possível graças à expansão da rede telegráfica mundial, do telefone, das ferrovias, enfim de meios que possibilitavam a rápida circulação das notícias e que descortinavam novas possibilidades para a imprensa.

Sem perder o caráter opinativo, os jornais passaram a incorporar novos gêneros como reportagens, entrevistas, crônicas e inquéritos literários. Surgiram seções especializadas voltadas para o público feminino, os esportes, os assuntos policiais, o lazer, a crítica literária. Ao lado das tradicionais caricatura, ilustrações e charge, generalizou-se a utilização da fotografia, que substituiu a lito e a xilogravura.

Principal mercadoria da nascente indústria cultural, o jornal ditava modas e estilos, impunha ao cotidiano seu ritmo nervoso, apressado e superficial; consagrava certos autores e relegava outros ao ostracismo. Nas primeiras décadas deste século, parte considerável da vida intelectual brasileira gravitou em torno da imprensa, encarada como uma atraente oportunidade de trabalho para os homens de letras. Ela era capaz de trazer

tendo sido sucessivamente repórter, redator, redator-chefe e, depois da morte de Júlio de Mesquita, diretor do matutino (1927-1942), totalizando quase cinquenta anos de trabalho no jornal. Na década de 1920 Plínio tornou-se um dos mais famosos e solicitados advogados de São Paulo. Em 1925, com Monteiro Lobato, organizou a Liga do Voto Secreto. Foi Secretário da Justiça em 1930 e Deputado na Assembléia Nacional Constituinte de 1946. MELO, Luís Corrêa de. *Dicionário de Autores Paulistas*. SP, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, p.83-86 e Plínio Barreto in *Memória*. *Revista dos Tribunais*. 47 (273), jul. 1958.

³ José Machado Pinheiro Júnior, diplomado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, entrou para o *Estado* em 1909 como redator, cargo que ocupou ininterruptamente por tinta e cinco anos. Redigiu, entre 1918 e 1939, a seção diária *Coisas da Cidade* e a semanal *Revista das Revistas*. Exerceu também a advocacia, tendo se iniciado no escritório de Plínio Barreto. MELO, Luís Corrêa de. *ob.cit.* p.476.

fama, prestígio e lucros para os que caíssem no gosto do público, um gosto volátil, que deveria ser reconquistado a cada dia, a cada edição⁴.

Em São Paulo, o crescimento do mercado potencial de leitores desafiava a imaginação dos empresários da imprensa. O Estado, que conheceu uma revolução demográfica a partir de 1880, contava com uma rede ferroviária ampla e eficiente, permitindo que os matutinos chegassem, no mesmo dia de sua publicação, a todo o território paulista e mesmo a áreas circunvizinhas. Contudo, materializar essa demanda potencial em leitores e assinantes a ponto de transformar os periódicos numa fonte de lucros e prestígio pressupunha subordinar os produtos culturais a uma lógica de cunho empresarial.

Júlio de Mesquita, que iniciou sua carreira jornalística na década de 1880, vivenciou as mudanças estruturais sofridas pela imprensa. A forma como ele gerenciava *O Estado de S. Paulo*, matutino que ao longo da década de 1910 firmou-se como um dos mais importantes do país, pode ser considerada paradigmática. Tido pelos contemporâneos como dinâmico, ágil e capaz de inovar, Mesquita esteve sempre atento à atualização tecnológica.

Por outro lado, além de empresário bem sucedido, ele tornou-se figura de destaque no cenário político nacional. Formado pela tradicional Faculdade de Direito do Largo São Francisco, republicano desde a primeira hora, participou ativamente da política paulista, tendo integrado, por mais de uma vez, a poderosa comissão executiva do Partido Republicano Paulista. Exerceu vários cargos legislativos, foi figura de destaque nas várias cisões partidárias e um dos fundadores, em 1926, do Partido Democrático⁵. Ao prestígio que emanava da sua condição de homem público deve-se acrescer o que provinha do seu sucesso como jornalista e do controle de um dos órgãos mais importantes da imprensa.

De acordo com a cartilha liberal, Mesquita imprimiu uma feição independente ao seu jornal, sem nunca ter admitido transformá-lo em portavoz oficial de partidos ou defensor incontestado de governos. A não vinculação d'*O Estado* sempre foi considerada pelos seus mentores condição essencial para que o matutino pudesse exercer com liberdade a oposição aos poderes constituídos, tarefa julgada fundamental para o pleno funcionamento do jogo democrático. Análises a respeito da trajetória do jornal tem

⁴ A respeito das relações entre imprensa e literatura ver: RIO, João do (Paulo Barreto). *O Momento Literário*. RJ, Garnier, s/d. O autor realizou em 1902 um inquérito entre as figuras de proa da época no qual figurava uma questão a respeito dos efeitos do jornalismo sobre a literatura. As várias opiniões colhidas fornecem um rico panorama do problema tal como ele era apreendido pelos contemporâneos.

⁵ Júlio de Mesquita (1862-1927) elegeu-se vereador em Campinas (1887), cidade onde nasceu; Deputado Federal por São Paulo (1892), Deputado Estadual (1891, 1894, 1898, 1907 e 1910) e Senador Estadual (1912). Foi líder na Câmara paulista (1892 e 1907) e membro da comissão executiva do Partido Republicano Paulista (1892 a 1894 e em 1896).

evidenciado os limites e as ambigüidades desse apregoado liberalismo, cuja fidelidade fluuava ao sabor das circunstâncias⁶.

Contudo, o não alinhamento conferia à plêiade de políticos e intelectuais aglutinados em torno do jornal características próprias que transformavam o chamado grupo d'*O Estado* numa facção política independente⁷, unida pela fidelidade a um conjunto de princípios. Pertencer ao corpo de colaboradores assíduos ou de editores constituía-se numa excelente porta de entrada para a vida pública.

A eclosão da Primeira Guerra marcou um ponto de inflexão na prosperidade financeira d'*O Estado*. Os gastos com papel importado da Europa cresceram drasticamente — o que afetou a indústria gráfica como um todo. O incontestante apoio do periódico à causa aliada indisps o jornal com a colônia alemã. O *Diário Alemão*, porta voz da mesma, manteve acirrada polémica com *O Estado*, acusando o matutino de receber subvenção inglesa e as empresas germânicas, principais anunciantes do matutino, retiraram-se das suas páginas, impondo-lhe um duro golpe financeiro.

Contrariamente ao que se poderia supor, a queda nos lucros não implicou na retração das atividades empresariais da família Mesquita. Em maio de 1915, com a entrada da Itália na guerra, foi lançada a edição noturna d'*O Estado*, logo batizada de *Estadinho*, que se destinava originalmente a noticiar os acontecimentos do conflito, dedicando porém especial atenção à participação italiana, o que pode ser interpretado como uma estratégia para atingir um público que normalmente não se alinhava entre os leitores do jornal.

Antes mesmo do lançamento da edição noturna do jornal, Júlio de Mesquita dedicou-se à organização da revista *Cultura*. O momento era de grande efervescência. A Primeira Guerra tornava patente a enorme distância que separava o Brasil dos países industrializados. A condição de 'nação fraca' potencializava o temor, sempre latente, de que o país não seria capaz manter sua independência e unidade frente à pressão das potências imperialistas. Apesar das incertezas quanto ao desfecho do conflito, não restavam dúvidas de que uma nova ordem mundial estava sendo forjada e nela o lugar que nos estava reservado não parecia dos mais promissores.

De uma exaltação contemplativa da beleza natural e das potencialidades ilimitadas da terra, passou-se a advogar a necessidade urgente de conhecer, explorar, administrar e defender o território. Contudo não bastava arrolar medidas, era preciso passar à ação, o que forçava as elites pensantes a defrontarem-se com a realidade nacional, ensaiar diagnósticos e propor soluções para aqueles que lhes pareciam ser os nossos males. Proliferaram

⁶ CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lúcia. *O Bravo Matutino*. Imprensa e Ideologia no jornal *O Estado de S. Paulo*. SP, Alfa-Omega, 1980.

⁷ MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. SP, Difel, 1979, p.2, afirma que o grupo d'*O Estado* atuava como uma facção partidária.

então discursos onde o Brasil interessava não pelo que era mas pelo que poderia vir a ser.

Para descrever esse país novo, em infância, segundo o linguajar da época, e que não dispusera ainda de tempo suficiente para transformar-se numa verdadeira nação, recorria-se à metáforas que insistiam na idéia de indefinição, desequilíbrio, agitação, instabilidade, desordem, ebulição, tumulto, consideradas típicas de um período de formação. Daí o sucesso crescente das representações que tomavam o Brasil como um edifício em projeto, ou quando muito em construção, um imenso laboratório ou oficina onde a nação estava sendo forjada.

A história, a geografia, a língua, a produção literária, o sistema político, as características antropológicas da população passaram a ser esmiuçadas num esforço que, segundo seus mentores, permitiria aos brasileiros assenhorearem-se efetivamente do país. Longe de se limitar a uma atitude contemplativa, a intelectualidade ansiava por influir nos destinos do país, apontar caminhos, forjar políticas de ação. Por se considerarem, nos termos de Mannheim, os únicos capazes de interpretar corretamente o mundo⁸, parecia-lhes evidente que apenas eles dispunham da competência necessária para (re)colocar o país em sintonia com os seus 'verdadeiros valores'. Essa vocação para conduzir os negócios públicos, de inspiração nitidamente iluminista, encontra-se manifesta nas explicações, sínteses, balanços, propostas e projetos que arquitetaram.

O nacionalismo entrou na ordem do dia. O discurso proferido em 1915 por Bilac nas arcadas do Largo São Francisco deu início à campanha em prol do serviço militar obrigatório, encarado não apenas sob o ângulo defensivo mas enquanto escola de civismo capaz de resolver os problemas nacionais. O movimento, apoiado de imediato pelo grupo d'*O Estado*, criou os voluntariados de manobra, grupos formados por estudantes das faculdades paulistas que realizavam treinamentos militares⁹ e

⁸ MANNHEIM, Karl. *Sociologia da Cultura*. SP, EDUSP-Perspectiva, 1974, p.78.

⁹ Francisco e Júlio de Mesquita, filhos do proprietário d'*O Estado*, cursavam a Faculdade do Largo São Francisco e participavam ativamente da política estudantil. Em 1915 Júlio era o 'chaveiro' da escola e nessa condição foi procurado por Bilac, que lhe apresentou suas idéias nacionalistas. DULLES, J. W. Foster. *A Faculdade de Direito de São Paulo e a Resistência Anti-Vargas*. SP, EDUSP; RJ, Nova Fronteira, 1984, p.37. Em relação ao chaveiro informa Nogueira Filho: "Na política acadêmica, de 1915 a 1918, sobressaia um grupo que se constituía por cooptação e que realizava a *Festa da Chave*. Nesta aparecia o *chaveiro*, bacharelado a entregar o objeto simbólico a um colega da turma anterior promovido ao quinto e último ano do curso. Solenidade tradicional. Esse grupo da *chave*, naquela época, disputava invariavelmente a presidência do Centro XI de Agosto, constituindo uma espécie de aristocracia nos pleitos eleitorais, dificilmente conseguia vencer... O grupo da *chave* era então erroneamente denominado grupo d'*O Estado*... ou ainda grupo dos *Mesquitas*... Certo é que nem todos os elementos ligados por laços vários a *O Estado de S. Paulo* faziam parte desse grupo da *chave*, assim como a circunstância de pertencer a este não acarretava, necessariamente, a integração no grupo d'*O Estado*". NOGUEIRA FILHO, Paulo. *Idéias de um Burguês Progressista. O Partido Democrático e a Revolução de 1930*. SP, Anhembi, 1958, p.65-66, grifos no original

desembocou na fundação da Liga de Defesa Nacional no Rio de Janeiro em 1916¹⁰.

O Partido Republicano Paulista atravessava então mais um período marcado por desavenças. A indicação de Altino Arantes para suceder a Rodrigues Alves gerou uma forte dissidência, capitaneada por Júlio de Mesquita, cujo jornal empenhou-se em criticar o candidato escolhido. Os dissidentes, derrotados na convenção, abandonam seus postos no governo e tentaram organizar um partido de oposição¹¹.

A decisão de publicar uma revista dedicada à discutir as questões nacionais não pode ser interpretada apenas enquanto uma tentativa dos vencidos de encontrar novos espaços para amplificar seus argumentos. O grupo d'*O Estado*, coerente com os princípios liberais, julgava que um governo efetivamente democrático demandava, além do exercício soberano do voto, a existência de uma opinião pública atuante, de partidos de oposição, de críticas, de discussões e de projetos alternativos. O domínio exclusivo de uma oligarquia que fraudava as eleições, usava da violência para impedir a livre expressão da vontade popular e vedava o acesso de setores oposicionistas ao poder, era apontado como responsável pelos vícios e pela ineficiência do Estado, incapaz de assegurar o progresso moral e material da nação. Assim, o lançamento de um periódico destinado a provocar o debate adquiria um significado político dos mais relevantes.

A partir de meados de 1915 Plínio Barreto, a quem coube recrutar o corpo de colaboradores do novo periódico, estabeleceu contato com figuras expressivas da intelectualidade informando-as a respeito da nova publicação. A seu pedido Nereu Rangel Pestana, colega de redação d'*O Estado*, conversou e obteve a aprovação de Olavo Bilac, Graça Aranha, Alcides Maya, Alfredo Valadão, João Kopke, Félix Pacheco e do crítico José Veríssimo¹². Outros que responderam favoravelmente à consulta foram: Nestor Victor, Roquette Pinto, Oliveira Vianna, João Ribeiro, Assis Brasil, Oliveira

¹⁰ A Liga foi organizada em 07.09.1916, tendo a frente Bilac, Miguel Calmon e Pedro Lessa. Seu supremo mandatário era o presidente Wenceslau Brás. Em março do ano seguinte foi organizada a Liga de Defesa do Estado de São Paulo, sendo indicados para a direção dos trabalhos Antonio Prado, Carlos de Campos e Júlio de Mesquita. A respeito das atividades das Ligas ver: CARONE, E. *A Primeira República. Texto e Contexto*. SP, Difel, 1969, p.230-236 e DULLES, J. W. Foster. *ob.cit.* p.38-39.

¹¹ O desejado partido de oposição surgiu em 1926, com a fundação do Partido Democrático. Sobre as origens do PD e a destacada atuação de Júlio de Mesquita na constituição da agremiação consultar: PRADO, Maria Lígia Coelho. *A Democracia Ilustrada. O Partido Democrático de São Paulo (1926-1934)*. SP, Ática, 1985; CASALECHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. SP, Brasiliense, 1987.

¹² A carta de Pestana, proveniente do Rio de Janeiro, era datada de 24.07.1915. Nela o autor relata a Plínio que os intelectuais com que falou "acham a idéia (de uma revista de cultura) excelente e prometem todo o apoio". Pestana informava ainda que deveria avistar-se com Alberto Torres e Pedro Lessa. *Apud*: PINHEIRO, Péricles da Silva. Plínio Barreto, jornalista, advogado e político. Suplemento do Centenário, nº 30. *O Estado de S. Paulo* 26.07.1973, p.2, que analisou a correspondência de Plínio com vistas à organização da revista.

Lima, Sílvio de Almeida, Basílio de Magalhães, Valdomiro Silveira e Medeiros e Albuquerque.

A correspondência de Plínio Barreto revelou-se uma fonte interessante para avaliar a maneira como os homens de letras encaravam o processo de profissionalização do seu ofício, que tinha na imprensa uma das mais importantes vias de realização. Contrariamente ao que ocorria com escritores de gerações anteriores, o jornalismo tendeu a tornar-se atividade essencial no início deste século, constituindo-se em importante fonte de rendas¹³. É preciso ter em vista porém que a mercantilização da atividade intelectual estava longe de ser apreendida de maneira homogênea. João Ribeiro, quando informado por Plínio sobre a remuneração paga pela revista afirmou: "Já disse que não faço questão de receber dinheiro, se a revista paga, aceitarei como um bom 'tônico', mas não é coisa indispensável e nem faço mesmo questão"¹⁴, expressando dessa forma seu superior distanciamento das compensações materiais, como se elas pudessem conspurcar sua obra e reputação.

Concepção diametralmente oposta possuía José Veríssimo, como transparece nas considerações que teceu ao ser convidado para colaborar regularmente com o periódico:

"se se tratasse de uma empresa forte, com elementos seguros de renda... pediria duzentos mil reis por artigo mensal sobre o movimento literário porque a leitura que esse trabalho obriga toma muito tempo. Mas, sendo uma empresa que começa, aceito a incumbência e deixo a remuneração ao critério ou discrição da revista"¹⁵.

Já a resposta que Medeiros e Albuquerque deu a Plínio Barreto estava impregnada de ambigüidade pois de início este afirmava: "quanto aos honorários, é o que tem de menos importância. E mesmo o que não tem nenhuma", para logo em seguida rematar "dar-me-á o que dá a outros colaboradores", afirmação que no mínimo contrastava com a declaração inicial¹⁶. Esses exemplos, ainda que pouco numerosos, são significativos pois apontam para as incertezas experimentadas pelos intelectuais diante dos

¹³ "O que fora para alguns escritores românticos (por exemplo Alencar e Macedo) uma atividade e uma prática 'tolerada', tornando-se depois para certos elementos da geração de 1870 (por exemplo Machado de Assis) uma atividade regular, que lhes propiciava uma renda suplementar cada vez mais importante, torna-se a atividade central do grupo dos 'anatolianos'. MICELL, Sérgio. *Poder, Sexo e Letras na República Velha*. SP, Perspectiva, 1977, p.72.

¹⁴ Carta de Rangel Pestana a Plínio Barreto, datada de 03.06.1916. *Apud*: PINHEIRO, Péricles da Silva. *ob.cit.* p.2.

¹⁵ *Idem/ibidem*. Carta de Rangel Pestana a Plínio Barreto, datada de 24.07.1915.

¹⁶ *Idem/ibidem*. Carta de Medeiros e Albuquerque a Plínio Barreto, datada de 11.10.1915. Já Lobato oscilava ora deslumbrado com os ganhos obtidos — "já encetei a série de artigos para a *Tribuna* e já fiz jus a 40\$000. Com isso pago dois meses de aluguel da casa. Pagar a casa com artigos, que maravilha, hein?" — ora constrangido diante dos mesmos — "acho estranho isso de ganhar dinheiro com o que nos sai da cabeça. Vender os pensamentos próprios ou alheios". LOBATO, José Bento Monteiro. *A Barca de Gleyre*. SP, Brasiliense, 1959, v.I, p.250 e 273, respectivamente.

novos padrões que permeavam a produção cultural e que também implicavam em novas formas de inserção social.

Em março de 1916, quando foi realizada a primeira assembleia geral dos acionistas, Plínio Barreto pode apresentar um balanço bastante otimista de suas atividades, declarando na oportunidade que, a julgar pela simpatia com que o periódico foi recebido pelos "melhores escritores do país" ele encarava "sem receios o futuro da revista"¹⁷.

Contudo do ponto de vista estritamente comercial, o lançamento de uma revista de cultura num país de analfabetos não deveria ser o melhor investimento para uma empresa como *O Estado de S. Paulo*, que enfrentava problemas de caixa. Possivelmente por isso o novo periódico, apesar de idealizado e gestado na redação d'*O Estado*, tenha sido criado sob a forma de uma sociedade anônima, composta por sessenta e seis acionistas, cada um detendo uma única cota¹⁸. Dessa forma a publicação seria controlada por Júlio de Mesquita, porém ele não teria que arcar com os riscos financeiros que envolviam o empreendimento.

Coube a Pinheiro Júnior a tarefa de angariar os acionistas da revista, que deveriam adquirir cotas no valor de 300\$000, quantia significativa para a época. Talvez por isso a busca de sócios não tenha sido fácil, consumindo — de acordo com a correspondência de Monteiro Lobato, amigo pessoal de Pinheiro e que acompanhou passo a passo o trabalho de organização do novo periódico — quase todo o ano de 1915¹⁹. Observando-se a relação de acionistas da revista chama a atenção de imediato que 51 dos 66 nomes arrolados (77,3%) ostentavam o título de doutor, o que muito provavelmente indica a posse de título universitário²⁰. Encontram-se aí vários advogados, em geral egressos da Faculdade do Largo São Francisco, médicos, engenheiros, professores, jornalistas e políticos importantes, pertencentes, em sua maioria, à elite paulista, o que permite caracterizar o periódico como um empreendimento desse segmento. Por outro lado, a coesão do grupo formado em torno de Júlio de Mesquita pode ser avaliada se atentarmos que parte considerável das cotas foram adquiridas por indivíduos que colaboravam no seu jornal, trabalhavam ou já haviam trabalhado nele.

Finalmente em 25 de janeiro de 1916, data do aniversário da fundação de São Paulo, surgia o primeiro número da revista, amplamente anunciado nas páginas d'*O Estado de S. Paulo*²¹. Os seus idealizadores, possivelmente

¹⁷ Assembleia geral dos acionistas realizada em 30.03.1916. RBR 1 (4): 462, abr. 1916.

¹⁸ A relação dos acionistas, foi publicada na RBR 1 (1): 81-82, jan. 1916

¹⁹ Em janeiro de 1915 Lobato perguntava a Godofredo Rangel: "Manda-me dizer o que devo declarar ao Pinheiro. Ele lá te ofende, supondo-te incapaz, financeiramente, de ficares com uma quota da sociedade em organização para lançamento da revista" e em 30 de setembro: "ainda procuram acionistas de 300\$000 a cota". LOBATO, José Bento Monteiro. *A Barca...* v.II, p.12 e 99, respectivamente.

²⁰ O título não deve ter sido distribuído aleatoriamente. Júlio de Mesquita Filho, à época ainda estudante da Faculdade de Direito, não o recebeu.

²¹ Em 19.01.1916 *O Estado de S. Paulo* publicava, com destaque, o sumário do primeiro número da revista, informando que no dia 25 de cada mês a mesma poderia ser encontrada "à venda na sua

contagiados pela atmosfera nacionalista reinante decidiram, à última hora, abandonar o primitivo nome (*Cultura*) e denominá-la *Revista do Brasil*.

Quando do seu lançamento a *Revista do Brasil* tinha como diretores Júlio de Mesquita, Alfredo Pujol²² e Luís Pereira Barreto²³; a chefia da redação estava a cargo de Plínio Barreto, enquanto Pinheiro Júnior acumulou, a partir do quarto número, a secretaria geral e a gerência.

Os objetivos do novo periódico foram expostos nas páginas que abriram o seu primeiro número, provavelmente redigidas por Júlio de Mesquita²⁴. Trata-se de um manifesto-programa que ensaiava um diagnóstico a respeito dos problemas do país, propondo caminhos para solucioná-los.

O texto esclarecia que "o que há por traz do título desta revista e dos nomes que a patrocinam é uma coisa simples e imensa: o desejo, a deliberação, a vontade firme de construir um núcleo de propaganda nacionalista". Esse projeto justificava-se no interior de um discurso que erigia como problema primordial do país a ausência de consciência nacional capaz de transformá-lo num todo organicamente estruturado.

Expressões desta ausência seriam, de acordo com o manifesto-programa, o profundo desconhecimento das coisas nacionais — "ainda não somos uma nação que se conheça, que se estime, que se baste, ou, com mais acerto, somos uma nação que não teve animo de romper sozinha para a frente numa projeção vigorosa e fulgurante da sua personalidade" — o desapego as nossas tradições e história, essa última caracterizada como "o romance incolor monótono e fastidioso de uma nação obscura e canhestra que parece implorar perdão às demais por ser grande e independente", o "milagre" da persistência da integridade territorial, enfim a nossa "modéstia" e o nosso "apagamento" como nação. Esse alheamento de si mesmo era tido como responsável pela aceitação e imitação subserviente de tudo o que viesse de fora.

Dar um sentido de conjunto ao país, inculcar no seu povo a consciência do próprio valor, estabelecer uma "corrente de idéias e pensamentos", tais os remédios que se pretendia ministrar ao paciente afim de combater o seu "estado mórbido" e equipará-lo "às raças adultas, emancipadas e sadias".

redação, no escritório desta folha e principais livrarias". Anúncio idêntico apareceria nos dias 25 e 31 de janeiro.

²² Alfredo Pujol, advogado, político, escritor eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1917, integrava a direção de *O Estado* desde 1894. LOVE, Joseph. *A Locomotiva*. São Paulo na Federação Brasileira. SP, Brasiliense, p.399.

²³ Luís Pereira Barreto, propagandista da República, deputado, presidente do senado paulista, membro ativo do PRP, ardoroso defensor do positivismo, desenvolveu intensa atividade em prol da doutrina através de livros e na imprensa. Colaborou em diversos jornais, com destaque para *O Estado de S. Paulo*. PAIM, Antonio. *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. 2ª ed. SP, Grijalbo, EDUSP, 1974, especialmente cap.IV e BARROS, Roque Spencer Maciel de (org). *Obras Filosóficas de Luís Pereira Barreto*. Grijalbo — EDUSP, 1967, v.1, p.9-11.

²⁴ O texto não vem assinado, mas de acordo com MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira* SP, EDUSP-Cultrix, 1976, v.6, p.38 é de autoria de Júlio de Mesquita. *RBR* 1 (1): 1-5, jan. 1916. Todas as citações no corpo do texto provêm do manifesto-programa.

Esclarecia ainda que a *Revista do Brasil* fora idealizada com o patriótico intuito de contribuir nessa empreitada, "provocando estudos do passado que nos desvendarão, nas coisas e nos homens, uma larga fonte de inspiração, de amor e de orgulho, e estimulando todas as energias atuais para um trabalho de observação e criação científica e literária, que nos patenteie a todos a profundes e a riqueza de nossos tesouros intelectuais".

Em outros termos, a publicação fora concebida como meio de ação por um grupo que se considerava capaz de colocar o país no rumo certo. Esclarecer, ensinar, arregimentar e ordenar forças, formar opinião, tendo por arma a palavra escrita²⁵, eis o projeto ilustrado desse elite decidida a exercer aquela que acreditava ser sua missão suprema: conduzir.

A *Revista do Brasil* apresentou-se, ao longo dos 113 números de sua primeira fase, sempre com as mesmas dimensões (15x22cm) e manteve uma média de noventa e cinco páginas por número. A face externa da capa também não apresentou variações significativas ao longo do tempo. Na parte superior, em letras de tamanho grande, vinha impresso o título do periódico, seguindo-se o sumário — que ocupava cerca de três quartos do espaço total da capa — e informações a respeito do local de publicação, data, número, volume e endereço da administração. Durante certos períodos essas informações migraram, aparecendo ora antes, ora depois do título. Algumas deixaram de figurar no frontispício, como por exemplo a sede administrativa, enquanto outras foram incorporadas como o nome dos diretores.

Entretanto, a opção de reservar a maior parte do espaço da capa para o sumário foi constante ao longo de todos os números. Isso, provavelmente, porque nada poderia expressar melhor os objetivos do periódico e revelar sua natureza do que o sumário que estampava as grandes questões nacionais, debatidas pelos maiores expoentes da inteligência nacional.

O tom sóbrio das capas não se alterou nem mesmo durante o período em que o cinza dos primeiros anos foi substituído por cores fortes, que variavam a cada mês, e o título e o sumário passaram a ganhar traços ornamentais (números 48 a 84).

A distribuição da matéria na *Revista do Brasil* seguiu, durante toda a sua primeira fase, o mesmo padrão. Abria o fascículo um conjunto de ensaios, via-de-regra inéditos, que abordavam assuntos os mais variados: direito, economia, história, geografia, filosofia, literatura, artes, arquitetura, engenharia, política, administração, sanitarismo, medicina, entre vários outros. Esse corpo incluía ainda a criação literária, presente em todos os

²⁵ A primeira contracapa da revista estampou, até o número 49, a seguinte auto-definição, coerente com o manifesto-programa: "publicação mensal de ciências, letras, artes, história e atualidades".

exemplares da revista — contos, poesias, novelas, impressões de viagem e romances, publicados em capítulos²⁶.

Antecedendo esse núcleo básico havia os editoriais, publicados em 41 dos 113 números da revista (36,3%). A maioria deles discutia questões relacionadas à situação sócio-política do país — eleições presidenciais, voto secreto, reforma constitucional, estado de sítio, pobreza do Nordeste, problemas sanitários, etc. — enquanto outros comentavam o contexto internacional, a morte de personalidades, atualidades da vida artística e cultural ou ainda alterações ocorridas na direção da revista. Dezessete editoriais (41,5%) continham assinatura, sendo um de autoria de Alberto Rangel, três de Monteiro Lobato, quatro de Brenno Ferraz e nove de Paulo Prado.

Aos ensaios e criação literárias seguiam-se seções²⁷. A principal delas era a *Resenha do Mês*, presente em todos os números, exceção feita ao octogésimo quinto, e que era composta sobretudo de ensaios, conferências, notícias e artigos transcritos de jornais e revistas nacionais e internacionais, além de alguns textos da redação. Contrariamente ao que sugere a sua denominação, a seção não apresentava um relato ordenado ou um sumário dos fatos ocorridos ao longo do mês. Seu objetivo principal não era informar o leitor a respeito dos últimos acontecimentos, mas antes discutir questões da atualidade, sempre com preocupação analítica. Ao compor um amplo quadro do período, a partir de uma seleção feita nos mais diversos órgãos da imprensa, a *Resenha do Mês* também permite divisar a linha editorial adotada pelos dirigentes da revista.

A variedade de temas abordados era enorme. De um lado, a seção abria amplos espaços para determinadas questões, sendo mesmo possível afirmar que ela encetou verdadeiras campanhas. Nesse âmbito merece especial destaque a Liga de Defesa Nacional, cujas atividades, atuação dos dirigentes — especialmente Bilac — e objetivos sempre foram acolhidos nas suas páginas; a segunda candidatura Rui Barbosa; a defesa do direito à uma língua própria; as discussões a respeito da qualidade étnica do povo brasileiro; as propostas relacionadas aos problemas higiênicos e eugenicos do país.

²⁶ A *Revista do Brasil* publicou os romances *Vida Ociosa* de Godofredo Rangel (entre os números 17-25), *País de Ouro e Esmeralda* de J. A. Nogueira (entre os números 36-57); e o *Diário de Viagens* de Martin Francisco (entre os números 32-42). Fora do âmbito literário foram publicados: *Vocabulário Analógico de Costa Firmino* (entre os números 12-40); *O Linguajar Carioca* de Antenor Nascentes (entre os números 65-78), além de alguns capítulos de *Populações Meridionais do Brasil* de Oliveira Vianna (entre os números 18-24), do *Dialeto Caipira* de Amadeu Amaral (números 9 e 10) e da *Viagem às Províncias de São Paulo e Santa Catarina* de Auguste de Saint Hilaire (entre os números 73-75).

²⁷ Possivelmente os idealizadores da *Revista do Brasil* tenham buscado inspiração na *Revista de Portugal*, dirigida por Eça de Queiroz e lançada em 1889. Ambas as publicações eram estritamente culturais, sem fazer concessões ao mundanismo. A estruturação do conteúdo também guardava semelhanças: os dois periódicos ostentavam um conjunto de ensaios inéditos seguidos por seções. Algumas delas, como *Fatos e Idéias*, *Bibliografia*, *Notas do Mês*, possuíam nomes praticamente idênticos.

Outros assuntos abordados na *Resenha do Mês* em mais de uma oportunidade e sob os ângulos diversos, não raro antagônicos, foram: a imigração; as instituições políticas; as relações do Brasil com os países vizinhos; a guerra, desde as superstições entre os soldados até as questões tecnológicas que o conflito suscitava e as consequências geopolíticas e econômicas do Tratado de Paz, e a Revolução Russa.

Ao lado desse conteúdo denso havia toda uma gama de curiosidades (por exemplo: fantasmas cérebres, caligrafia dos escritores, o jornal de amanhã, desapareições misteriosas, costumes na câmara inglesa, Napoleão jornalista, superstições irlandesas); temas leves ou humorísticos (os cavalos do diabo, a águia e o aviador, jogo do bicho pelo telégrafo, a ilha de Robson Cruzoé, as gafes, etc.) e notas sobre invenções, novidades, descobertas e avanços no campo científico e tecnológico (telefone sem fio, automóvel anfíbio, imensidão do universo, idade da Terra, utilização mecânica dos raios solares, mimetismo nos animais, forças físicas, o cérebro, propriedades terapêuticas do sapo, a enguia e seus hábitos, o sono, agricultura mecânica...).

A *Resenha do Mês* também fornecia um amplo panorama do movimento cultural e artístico. Cursos e conferências, congressos, salões de pintura, espetáculos teatrais, musicais e de danças, exposições de artes plásticas, concursos artísticos, lançamentos editoriais, eram noticiados e comentados nas suas páginas, o mesmo ocorrendo em relação à Academia Brasileira de Letras — abertura de vagas, eleições, discursos, reuniões e relatórios. A natureza e a qualidade da produção local, as condições em que ela se assentavam o papel do intelectual e o ambiente no qual ele se inseria eram questões tematizadas com frequência na seção.

A apresentação do conteúdo do *Resenha do Mês* não seguiu um padrão fixo. Durante certos períodos o material não continha qualquer estruturação interna, enquanto em outros apresentava-se dividido e agrupado por subtítulos, sendo os mais frequentes: movimento teatral, movimento artístico, artes e artistas, bibliografia, mortos do mês, movimento editorial, revista das revistas, curiosidades, variedades, homens e coisas nacionais, homens e coisas estrangeiras, notas de ciência e vida nacional.

Algumas dessas subdivisões deixaram de figurar no interior da *Resenha do Mês* para ganhar vida própria, transformando-se em seções independentes, embora nem sempre por longo tempo. Esse foi o caso de *Variedades e Curiosidade*, das *Notas de Ciência*, que durante certo período (nº 28 a 33) ficaram a cargo de Roquette Pinto e Artur Neiva; e da *Bibliografia*, seção das mais importantes, onde eram resenhados praticamente todos os lançamentos editoriais do país nas mais variadas áreas do saber, e que ganhou autonomia a partir do trigésimo número.

Ainda cabe destacar as seções Debates e Pesquisas e Notas do Exterior, presentes na maior parte dos números 61 a 113 da revista. A criação das mesmas deve ser encarada como um esforço para melhor ordenar o amplo

leque de assuntos tratados na *Resenha do Mês*. Em *Debates e Pesquisas* predominavam os temas polêmicos, informações a respeito de novos avanços nas mais diversas áreas do saber e curiosidades em geral. *Notas do Exterior*, como o nome bem revela, centralizava notícias de outros países, fossem elas questões políticas, do mundo das artes, costumes ou notas interessantes e curiosas. Exceção feita à *Bibliografia*, que estava a cargo do corpo de colaboradores da revista, quase todo o material que compunha as demais seções citadas provinha de transcrições de outros órgãos da imprensa nacional e internacional.

Outras seções constituíam-se de artigos especialmente produzidos para a revista. Esse foi o caso de *Fatos e Idéias* (7 números), sob a responsabilidade do engenheiro Victor da Silva Freire, *Língua Vernácula* (4 números) de Antonio Marmo, *Academia Brasileira de Letras* (26 números) onde Arthur Motta discorria sobre a vida e a obra dos acadêmicos, *Crônica de Arte* (6 números) escritas por Mário de Andrade, *Estudinhos de Português* (6 números) com José Patrício de Assis, *Mealhas Etimológicas* (3 números) discutidas por Francisco Luiz Pereira e as *Crônicas Parisienses* (3 números) a cargo de Sérgio Milliet. Por outro lado, deve-se assinalar que durante toda a primeira fase da *Revista do Brasil* não houve a preocupação por parte de seus dirigentes de entabular um diálogo permanente com os leitores através de uma seção de cartas ou sugestões.

A revista publicou vasto material iconográfico. Parte dele constituía-se de fotos, mapas, gráficos, esquemas ou desenhos que ilustravam artigos e ensaios. Especial atenção foi dedicada às exposições de artes plásticas em geral e dos salões anuais de pintura, que chegaram a ter séries inteiras reproduzidas. Quanto da abertura de concursos — como o que escolheu o brasão da cidade de São Paulo, o monumento da independência e o dedicado aos Andradas — a revista costumava dar a público os vários projetos rivais. Notas e artigos da *Resenha do Mês*, dedicados a figuras ilustres do cenário nacional ou internacional, freqüentemente vinham acompanhadas de bustos, grande parte dos quais executados pela pena de José Wash Rodrigues. Já a seção *Caricaturas do Mês*, que reproduzia de quatro a seis trabalhos selecionados dentre os publicados na imprensa carioca e paulista, ocupou — com exceção dos números dez, quinze e trinta e quatro — as páginas finais dos demais números da revista.

Além das ilustrações que integravam os textos, a revista publicava séries como *Gravuras Antigas*, que contava com reproduções de Debret, Rugendas, Koster, Fleury, Chovarnes, Langlois, entre outros; a *Galeria dos Editados*, composta por fotografias de autores que tiveram seus livros publicados pela Casa Editora *Revista do Brasil*; trabalhos de artistas contemporâneos como A. Zimmerman, Georgina e Lucilio de Albuquerque, Benedito Calixto, Lopes Leão, Clodomiro Amazonas e que por vezes vinham enfeitados sob as designação de arte nacional; fotos de caboclos acompanhados da legenda "tipos da roça". Somente em duas oportunidades a revista ren-

deu-se ao mundanismo: no número 33, que estampou fotos da neve em Caxias de Sul e no 42, onde São Paulo pode ser visto de um aeroplano.

Do décimo oitavo número em diante o artigo que abria a revista passava a contar com uma vinheta, prática que foi estendida a partir do trigésimo sétimo número para todos os demais artigos e seções. Inicialmente tratava-se de um conjunto de desenhos de Wasth Rodrigues que se repetiam sistematicamente. Com o correr do tempo novas ilustrações foram sendo incorporadas ao núcleo inicial, algumas de autoria de O. Prates. Em duas oportunidades, a partir dos números 61 e 109, ocorreu completa renovação temática, passando Juvenal Prado a assinar as ilustrações. Entretanto os motivos brasileiros sempre foram a fonte inspiradora: jangadas, quedas d'água, rios, palmeiras, papagaios e outras espécimes da flora e fauna nacionais. Também era comum a presença de pequenas ilustrações ao término de artigos e seções — vasos floridos, árvores, uma palmeira solitária, casebres de palha. A *Bibliografia* e a *Resenha do Mês* possuíam, durante certos períodos, ilustrações próprias alusivas à temática abordada nessas seções.

O que surpreende na *Revista do Brasil* não é o fato dela valer-se de recursos visuais, prática já bastante difundida na época, mas a maneira como os responsáveis pelo periódico foram capazes de subordinar a utilização desse material, que sem dúvida imprimia leveza às matérias publicadas²⁸, aos objetivos do mensário, abstando-se quase completamente de fazer concessões aos mundanismo.

A publicidade na revista sempre esteve confinada às terceiras e quartas capas e às páginas iniciais e finais do periódico, antecedendo e seguindo-se as matérias. Em algumas oportunidades folhas contendo anúncios eram inseridas entre os artigos ou seções e a partir de setembro de 1920 (nº 57) também a primeira contracapa, que até então contivera informações sobre o periódico, passou a ser ocupada com propagandas. Ao longo do tempo o espaço ocupado pelos anunciantes variou numa escala que ia de um mínimo de quatro a cinco folhas a um máximo de dez a doze folhas a cada mês.

A gama de produtos e serviços anunciados era bastante variada: máquinas agrícolas, móveis, alimentos, bebidas, medicamentos, livros e periódicos, estabelecimentos comerciais, casas importadoras, hotéis, bancos. Os serviços oferecidos por advogados, médicos, tabeliães, corretores, engenheiros, alfaiates, joalheiros, despachantes costumavam ser enfileirados sob a rubrica *Indicador da Revista do Brasil*. A partir da criação da Casa Editora *Revista do Brasil* em 1918, parte expressiva do espaço da publicidade, particularmente a partir dos anos vinte, passou a ser ocupado com notícias a respeito dos seus lançamentos.

²⁸ Esse ponto foi destacado por LARA, Cecília de. *Revista do Brasil. Uma fase da Cultura Brasileira*. Suplemento do Centenário, nº 36. O Estado de S. Paulo. 06.09.1975.

Listar os colaboradores da revista é uma tarefa árdua. Durante seus nove anos de existência praticamente todas as figuras que desfrutaram de certa projeção nos meios literários e artísticos, ou em qualquer outra área do saber, encontraram acolhida em suas páginas, seja através da publicação de textos especialmente produzidos para a revista, seja por meio de transcrições.

Do ponto de vista estritamente quantitativo, os autores com maior número de trabalhos publicados, excluindo-se as transcrições²⁹, foram Monteiro Lobato (40), Arthur Motta (25), Amadeu Amaral e Mário de Andrade (13), Júlio César da Silva e Medeiros e Albuquerque (12), Roquette Pinto, Godofredo Rangel e Oliveira Vianna (10), Mário Sette e Carlos Magalhães Azevedo (9), José Patrício de Assis, Victor Freire da Silva, Mário Pinto Serva, Oliveira Lima e Sérgio Milliet (8), Mário de Alencar e Artur Neiva (7), Eduardo Navarro de Andrade, F. Badaró, Armando Caiubi, Hélio Lobo, Alberto de Oliveira, Alberto Rangel e Antonio Salles (6), Rui Barbosa, Sérgio Espínola, Martim Francisco, Haddock Lobo, Alceu Amoroso Lima, Argeu Guimarães e Alfredo d'E. Taunay (5), Olavo Bilac, Sampaio Dória, Martim Fontes, Gilberto Freyre, Paulo Setúbal, José Oiticica, Rodrigo Octávio Filho, Leo Vaz, René Thiollier, A. Carneiro Leão e Júlio Scheibel (4).

Essa listagem, apesar de conter uma pequena fração do total de autores que de alguma forma estiveram presentes na revista, é suficiente para evidenciar a diversidade de correntes ideológicas e de posturas estéticas nela representadas. O mensário reunia personalidades da geração de 1870 (Rui Barbosa), escritores pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Taunay, Roquette Pinto, Hélio Lobo), nomes famosos do momento (Paulo Setúbal, Amadeu Amaral, Medeiros e Albuquerque), pensadores autoritários (Oliveira Vianna), defensores do liberalismo (Mário Pinto Serva, Pedro Lessa), representantes do renascimento católico (Jackson de Figueiredo), os primeiros educadores profissionais (Sampaio Dória, João Kopke), médicos envolvidos com os problemas sanitários (Afrânio Peixoto, Belisário Penna) e eugênicos (Renato Kehl), representantes da tradicional Academia Brasileira de Letras (Souza Bandeira, Oliveira Lima, Mário de Alencar) e das novas correntes (Mário e Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida).

No que respeita à criação literária, a maior parte das contribuições em prosa provinham dos regionalistas (Afonso Arinos, Monteiro Lobato, Mário Sette, Leo Vaz, Godofredo Rangel, Valdomiro Silveira), seguidos pelos naturalistas — realistas (Júlio Scheibel, Horácio Quiroga, Luiz Gonzaga Fleury, Albertino Moreira), comparecendo os parnasianos (Alberto de Oli-

²⁹ Estão sendo computados apenas a criação literária e os ensaios produzidos especialmente para a revista, ou seja, não foram consideradas as transcrições de artigos presentes nas várias seções do periódico.

veira), simbolistas (Pompeu Pequeno, Jacomino Define) e decadentista (João Pinheiro, Tranquilino Leitão) em menor proporção.

Na produção poética, por sua vez, predominavam os parnasianos (Bilac, Francisca Júlia, Alberto de Oliveira, Luís Murat) e neo-parnasianos (Amadeu Amaral, Olegário Mariano, Martins Fontes, Mário de Alencar e Humberto de Campos), seguidos dos simbolistas (Homero Prates, José Lanns, Medeiros e Albuquerque, Wanderley Villela) e dos penumbristas ou decadentistas (Júlio César da Silva, Jaime d'Altavilla, Alcides Flávio, Carvalho Aranha, Cleomenes Campos).

A partir de 1923 a revista não só passou a acolher, com intensidade crescente, autores comprometidos com a renovação estética (Luís Aranha, Corrêa Júnior, Sérgio Milliet, Tácito de Almeida, Mário de Andrade, Guilherme de Almeida), mas converte-se num espaço onde concepções tradicionais e modernas passaram a medir forças. Pode-se encarar como uma estratégia de luta o fato do teórico por excelência do modernismo, Mário de Andrade, ter preferido — quando teve oportunidade de escrever para a principal publicação cultural do país e que até então estivera totalmente identificada, pelo menos do ponto de vista estético, ao chamado conservadorismo — utilizá-la não para divulgar sua produção literária, em apenas uma única oportunidade ele publicou suas poesias, mas enquanto veículo para discutir propostas, tarefa que concretizou por meio de ensaios e do exercício da crítica.

Em pouco tempo a *Revista do Brasil* consagrou-se, sendo festejada e admirada pela intelectualidade. Como assinalou Cavalheiro, aparecer em suas páginas foi, por muito tempo, o sonho de todo estreado, de todo candidato à glória no país das letras³⁰: "Já viste a Revista do Brasil? É caso de tomares uma assinatura. Nasceu de boa estirpe, está bem aleitada pelo Estado, é a única nesse gênero em todo o país"³¹.

A pronta acolhida dada à revista explica-se também pela escassez de publicações essencialmente culturais. Nesse momento os magazines de variedade ou revistas ilustradas constituíam-se no produto mais típico e refinado do mercado de bens culturais. Esses periódicos, elaborados para agradar e divertir um público heterogêneo, recorriam em larga escala à imagens, fotos e ilustrações, e abordavam extensa gama de assuntos: crônica social e política, humor, moda, crítica teatral e de arte, reportagens, poesias, contos, romances, charges, caricaturas, entrevistas, variedades. Muitas reservavam considerável espaço para notas sobre casamentos, ani-

³⁰ A frase encontra-se em CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato*. 2ª ed. SP, Cia Editora Nacional, 1956, v.I, p.73.

³¹ LOBATO, José Bento Monteiro. *A Barca...* v.II, p.64, carta datada de 20.01.1916. Pouco antes Lobato contava a Rangel: "A *Revista do Brasil* aparece em janeiro e pelos modos vai ser coisa de pegar, como tudo o que brota do Estado, empresa sólida e rizomática. Razão para aderirmos. Prometi um estudo sobre o Almeida Júnior e você (Godofredo Rangel) pode entrar com um dos romances", v.II, p.48-49.

versários, batizados, banquetes, retratos de homens públicos, artistas e literatos famosos.

O grande compromisso das revistas ilustradas era revelar a moda do dia, as regras do bom gosto e bem viver, numa palavra, todo o necessário para que o seu leitor, em geral pertencente aos extratos médios da sociedade, pudesse familiarizar-se com os padrões de elegância das classes abastadas, tal como ocorreu no romance de João do Rio, *A Profissão de Jacques Pedreira* (1911), cuja personagem Alice dos Santos "aprende os mínimos gestos e a tecnologia da alta roda folheando magazines"³². Esses periódicos, ao lado do desprezo pelo popular, difundiam um conformismo moralizante.

Ao lado das revistas ilustradas havia toda uma plêiade de publicações que tendiam à especialização. Assim existiam as que se dedicavam ao teatro, cinema, música, humor, esportes; outras que visavam o público infantil, o feminino — com destaque para a *Revista Feminina* (SP 1914), primeira grande publicação nesse gênero e que circulou por mais de vinte anos, constituindo-se num exemplo lapidar da vinculação entre imprensa, publicidade e a nascente indústria de cosméticos; ou ainda aquelas que procuravam atender aos interesses de grupos profissionais como médicos, juristas, educadores, agricultores, etc.

Embora vários periódicos de caráter literário ou cultural tivessem sido lançados durante a Primeira República, a grande maioria deles deixou de circular pouco depois do seu aparecimento. Foi esse o caso da *Revista Contemporânea* (RJ), que circulou de 1899 a 1901, reunindo os nomes mais representativos do simbolismo; dos *Anais* (RJ), dirigido por Domingos Olympio e publicada entre 1904 e 1906; *Floreal* (RJ) que tinha à frente Lima Barreto e da qual saíram quatro números sendo o primeiro em fins de 1907; *Rosa-Cruz* (RJ), também de caráter simbolista, que possuiu uma primeira fase em 1901 composta de quatro números e outra em 1904 com apenas três exemplares³³. Em São Paulo a situação não era diferente como atestam os exemplos d'*A Gazeta Artística* (1901), *A Musa* (1905), *A Imprensa Acadêmica* (1906) e *A Arcádia Acadêmica* (1906)³⁴.

Ainda que a presença de um mercado consumidor de bens culturais fosse incontestável, não se deve superestimar suas dimensões e potencialidades. É importante ressaltar que em 1890 apenas 15% da população brasileira era alfabetizada, taxa que atingiu, de acordo com o censo realizado em 1920, o patamar de 24%. Nesse mesmo período, São Paulo pulou do décima

³² SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras. Literatura, Técnica e Modernização no Brasil*. SP, Cia das Letras, 1987, p.82.

³³ BROCA, Brito. *A Vida Literária no Brasil — 1900*. 2ªed. RJ, José Olympio, 1960. *ob.cit.* p.216-226. Exemplos de revistas literárias fundadas ao longo do século XIX são fornecidos por: DOLE, Plínio. *História de Revistas e Jornais Literários*. RJ, MEC — Casa de Rui Barbosa, 1976.

³⁴ Ver a respeito, AMARAL, Antonio Barreto do. *Nossas Revistas de Cultura. Separata da Revista do Arquivo Municipal*. SP, Pref. do Município de São Paulo, Secretaria de Educação e Cultura, Divisão do Arquivo Histórico. CLXXIV, 1967.

par ao segundo lugar nacional em termos de população alfabetizada, resultado que, pelo menos em parte, pode ser creditado à atenção que as autoridades locais dispensaram ao assunto³⁵.

Especialmente a partir da Primeira Guerra Mundial foram implantadas várias reformas no ensino elementar paulista, responsáveis pela introdução de importantes inovações que acabariam por erigir a escola primária de São Paulo em modelo para o resto do país. Entretanto ainda que entre 1890 e 1927 a quantidade de alunos matriculados no curso primário tenha aumentado vinte vezes, frente a um crescimento populacional de 4, 3 vezes, São Paulo ainda ostentava em 1920 um índice global de 70% de iletrados, cifra que caía para 42% na capital³⁶. Esse quadro nada promissor impunha limitações à imprensa como um todo, mas certamente afetava mais profundamente as revistas de caráter literário e cultural.

A partir desse contexto mais amplo compreende-se o lugar ocupado pela *Revista do Brasil* na história da imprensa. O periódico foi, no seu gênero, a publicação de maior longevidade da República Velha, tendo se convertido num fórum onde as questões nacionais eram debatidas sob os mais variados pontos de vista.

Entretanto, a sua situação financeira nunca correspondeu ao renome adquirido. Pouco depois de completar dois anos de existência a revista enfrentava sérios problemas de caixa. O presidente da sociedade anônima encarregada de gerir o periódico, Ricardo Severo, na Assembléia Geral dos acionistas convocada para deliberar sobre o futuro da publicação, fez um diagnóstico preciso da situação:

"Houve um erro original na organização da empresa, erro apenas sob o ponto de vista da textura financeira. Parece-me que não deveríamos ter-nos congregado em coletividade anônima, de capital parcelado em pequenas cotas de numerosos acionistas, e porque, das dificuldades que sobrevieram para integralização do capital social provieram as primeiras e contínuas dificuldades desta empresa de literatos. Deveria, quando muito, ter-se constituído sob a forma de parceria ou grupo mínimo de associados, que desde o começo realizasse o capital-base, necessário à edição dos primeiros tomos e aguardasse, pacientemente, o equilíbrio comercial correspondente ao brilhante sucesso literário da revista. Como, porém, assim não foi desde o princípio, avolumou-se extraordinariamente o passivo, sem que o capital social concorresse senão com uma reduzida porcentagem e desta sorte estabeleceu-se o desequilíbrio"³⁷.

³⁵ Ver a respeito FERNANDES, Florestan. *Educação e Sociedade no Brasil*. SP, Dominus, 1966.

Também contribuiu para esse desempenho paulista a entrada de imigrantes já alfabetizados.

³⁶ Os dados encontram-se em: INFANTOSI, Ana Maria. *A Escola na República Velha*. SP, EDUSP, 1983, p.74 e LOVE, Joseph. *ob.cit.* p.132-135.

³⁷ SEVERO, Ricardo. Relato da situação financeira da sociedade anônima *Revista do Brasil*. RBR 8 (30): 215-216, jun. 1918.

Diante desse quadro, foi aceita por unanimidade a oferta de compra feita por Monteiro Lobato, que assim se tornou, a partir de maio de 1918, o único proprietário da *Revista do Brasil*.

Desde o final de 1917, o nome de Monteiro Lobato era cogitado para substituir Plínio Barreto na direção da *Revista do Brasil*. Entretanto ele não tencionava aceitar o convite e afirmava a Rangel "ser um burrinho muito rebelde e chucro para ter patrão — e iria ter dois Júlio e Mesquita e Alfredo Pujol"³⁸. Mais do que dirigir a revista a pretensão de Lobato era "substituir-me à assembléia comprando aquilo. Revista sem comando único não vai". Mas, confidenciava ao amigo, "a coisa é segredo"³⁹.

Em maio de 1918 a transação, que montou em mais de dez contos de réis, foi concluída, materializando antigo sonho de Lobato⁴⁰. Durante o período em que a *Revista do Brasil* lhe pertenceu — maio de 1918 a maio de 1925 — foram publicados oitenta e quatro números que, somados aos vinte e nove anteriores, totalizam cento e treze exemplares.

Ao adquirir a revista Monteiro Lobato já despontava como figura de destaque no cenário cultural do país. Nascido em 1882 numa família de plantadores de café na cidade de Taubaté, aí fez seus primeiros estudos e em 1897 transferiu-se para São Paulo como interno do Instituto de Ciências e Letras, tendo ingressado na Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1900. Enquanto acadêmico fundou com os amigos Ricardo Gonçalves, José Antonio Nogueira, Raul de Freitas, Candido Nogueira, Lino Moreira, Tito Lívio Brasil e Godofredo Rangel, o grupo denominado cenáculo, que se reunia para intermináveis discussões literárias no Café Guarany e no Minarete, nome dado à república — um chalé amarelo no Belenzinho — que Rangel, Ricardo e Lobato dividiam.

Bacharel em 1904, regressou à Taubaté. Graças à influência do avô paterno, o Visconde Tremembé, foi nomeado promotor em Areias, onde fixou residência em 1907. Permaneceu no cargo até 1911 quando, com a morte do visconde, herdou a fazenda Buquira, propriedade imensa, porém decadente, que ele se esforçaria em soerguer.

Ainda que escrevesse desde os tempos de estudante — todo um volume de suas obras completas compõe-se de artigos que publicou quando cursava a faculdade — foi apenas com *Velha Praga*, carta dirigida à seção queixas e reclamações, impressa no jornal *O Estado de S. Paulo* em 12 de novembro de 1914 e reproduzida por periódicos dos mais variados cantos

³⁸ LOBATO, José Bento Monteiro. *A Barca...* v.II, p.169.

³⁹ *Idem* *ibidem*, v.II, p.160.

⁴⁰ *N*A *Barca de Gleyre* Lobato referiu-se, em mais de uma oportunidade, à questão: "que belo jornal ou revista não formaríamos nós, do nosso grupinho, acrescido do Plínio Barreto, do Heitor de Moraes, e mais uns tantos rebeldes sem medo de chegar fogo aos estopins!", ou ainda "está me ganhando um azedume que só terá esgotos em jornal próprio. Acabo montando um, ou uma revista, na qual só eu mande e desmande", v.II, respectivamente páginas 23 e 24.

do país, que Lobato tornou-se efetivamente conhecido⁴¹. Desde então sua colaboração no *Estado*, onde fora introduzido por Pinheiro Júnior, assim como em outros órgãos da imprensa, amidiou-se. Em 23 de dezembro de 1914 publicou no referido matutino o conto *Urupês* e no início do ano seguinte passou a integrar o corpo de colaboradores remunerados d'O *Estado*.

Velha Praga, que denunciava a prática das queimadas e *Urupês*, onde se consubstanciou o personagem Jeca Tatu, causaram intensa polêmica. Nesses dois textos, com seu estilo direto e irônico, Lobato traçou um perfil ácido do caboclo, que destoava da tradição romântica, cultivada em parte significativa da produção literária da época, que muitas vezes idealizava o homem do campo, atribuindo-lhe dimensões épicas.

Jeca Tatu extravasou os limites da ficção para encarnar o anti-herói nacional que incomodava na medida em que comprometia com uma determinada concepção da vida cabocla, rompia com o discurso ufanista a respeito do país e seus habitantes, como já o fizera Lima Barreto em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, e trazia a tona questões sobre a permeabilidade do Brasil à modernização, os caminhos a serem trilhados para atingi-la, as causas e os responsáveis pelo nosso descompasso, numa palavra, discutindo implicava em ter por objeto o próprio país⁴².

Alguns, inconformados com as características imputadas ao personagem e, por extensão, à imensa maioria dos brasileiros, criaram tipos diametralmente opostos, como o Mané Chique-Chique do deputado Ildefonso Albano, "rocha viva da nacionalidade" ou o Jeca Leão de Rocha Pombo, criatura dotada de inúmeras virtudes e nenhum defeito.

Enquanto a celeuma em torno do Jeca crescia, Lobato acompanhava de perto a organização da *Revista do Brasil*, da qual se tornaria um dos colaboradores mais assíduos — ele figurou em quinze dos vinte e nove volumes publicados antes dele adquiri-la. Em função dos laços de amizade que o ligavam a Pinheiro Júnior e Plínio Barreto, dispunha de considerável grau de influência na revista⁴³.

⁴¹ "Corria a lenda, endossada pelo próprio autor, de que a divulgação da carta *Velha Praga* fora da seção de queixas e reclamações do jornal, estimulou o fazendeiro a reincidir, e que reincidindo se transformou, sem querer, nisso que os noticiários gravemente chamam 'um homem de letras'. A lenda é bonita mas a realidade é outra: em novembro de 1914 Monteiro Lobato era escritor feito, embora praticamente inédito pois tudo quanto tinha produzido até então fora divulgado com pseudônimos". CAVALHEIRO, Edgar. *ob.cit.* v.I, p.152-153, grifo no original.

⁴² Esses pontos foram ressaltados por CAMPOS, André Luiz Vieira de. *A República do Pica-Pau Amarelo*. SP, Martins Fontes, 1986, p.18.

⁴³ Em março de 1916, portanto logo depois da revista ter sido lançada, Lobato escreveu a Rangel: "Falas em conquistar a revista! Mas a revista é nossa boba... Unicamente porque não tens relação com o Plínio, que é quem manda lá dentro, proponho isso de entrares por meu intermédio. Funcionarei apenas como introdutor diplomático". LOBATO, José Bento Monteiro. *A Barca...* v.II, p.71, grifo no original.

Entretanto se o escritor desfrutava de um prestígio crescente nos meios literários, a situação financeira do fazendeiro estava longe de ser tranqüila. As terras da Buquira, cansadas de tantas colheitas, exigiam, para voltarem a ser produtivas, grande inversão de capitais, exatamente o que Lobato não possuía. Seus esforços em prol da modernização da fazenda — intentou novos processos de criação de galinhas, cabras e outros animais, adquirindo espécimes de raça, investiu em máquinas de beneficiamento do café, abriu novas áreas de plantio — não trouxeram os resultados esperados⁴⁴.

Por outro lado, a situação desfavorável da economia brasileira nos anos 1913-1914, a restrição dos créditos, as constantes flutuações nos preços do café e o início da guerra na Europa, conjuntura que afetava indistintamente os produtos agrícolas, tornava ainda mais aflitiva a saúde financeira de Lobato. Em 1915, época em que já se havia decidido pela venda da propriedade, seu passivo beirava a casa dos vinte contos de réis⁴⁵.

Quando finalmente conseguiu desfazer-se da fazenda, lá por meados de 1917, Lobato fixou residência em São Paulo e passou a dedicar-se em tempo integral à literatura. Nesse mesmo ano organizou, com grande sucesso, um inquérito a respeito do Saci-Pererê para o Estadinho e em 1918 engajou-se na campanha em prol do saneamento, propugnada por Miguel Pereira, Belisário Penna, Afranio Peixoto e Artur Neiva, tendo publicado uma série de artigos no jornal *O Estado de S. Paulo* a respeito da questão.

A luta em favor do saneamento e da higiene, além de contribuir para aumentar o renome do autor — “a mim, afirmava ao amigo Rangel, favoreceu muito aquela campanha pró-saneamento que fiz pelo *Estado*. Popularizou a marca ‘Monteiro Lobato’; o público imagina-me um médico sabidíssimo, e a semana passada tive um chamado telefônico altas horas da noite”⁴⁶ — significou, conforme teremos oportunidade de ressaltar — um ponto de inflexão no pensamento lobatiano, uma vez que as causas da preguiça e indolência do Jeca deixaram de ser encaradas como intrínsecas ao personagem, perdendo assim o seu estatuto de imposição genética às raças inferiores, para transformar-se em produto da doença.

No plano pessoal 1918 também foi um ano marcante porque no seu transcorrer Lobato realizou alguns projetos de há muito acalentados, como o de tornar-se editor. Já em janeiro de 1915 declarava a Rangel: “não há livros, afora os franceses. Nós precisamos entupir este país com uma chuva de livros”⁴⁷, o que de fato ele faria algum tempo depois. Nesse mesmo ano recusou oferta de um indivíduo que pretendia reunir em livro os seus artigos, alegando tratar-se de “um cara”, não um editor profissional. A conclu-

⁴⁴ Abundante informação a respeito dos planos grandiosos de Lobato podem ser encontradas em CAVALHEIRO, Edgard. *ob.cit.* v.I, p.141-146.

⁴⁵ A respeito da situação financeira de Lobato ver: KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato, intelectual, empresário, editor*. SP, T. A. Queiróz, 1982, p.56. Tais dificuldades explicam porque Lobato não figurou entre os acionistas da *Revista do Brasil*.

⁴⁶ LOBATO, José Bento Monteiro. *A Barca...* v.II, p.173.

⁴⁷ *Idem/ibidem*, v.II, p.7.

são que tirou do episódio — “cara por cara, porque não a minha?”⁴⁸ — renunciava as suas intenções.

Imediatamente depois de ter vendido a fazenda comunicava, em carta ao cunhado Heitor, que estava “estudando o negócio editorial”, relatava conversa mantida com pessoas do ramo sobre o pagamento de direitos autorais e pedia-lhe que manifestasse ao escritor Valdomiro Silveira seu desejo de editá-lo⁴⁹. O interesse de Lobato pelo assunto também foi registrado por Guilherme de Almeida, que lhe relatou como, por conta própria, custeara a edição de *Nós*⁵⁰.

Editar os próprios livros era prática comum no final dos anos dez. As poucas casas editoras então existentes só abriam suas portas para figuras consagradas e mesmo assim em tiragens pequenas. Nomes de peso como Machado de Assis, Coelho Neto, Euclides da Cunha, Afrânio Peixoto, Alberto Rangel, tiveram sua obra impressa na França ou em Portugal, enquanto Lima Barreto para ver impresso seu primeiro livro, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, abriu mão de receber qualquer direito autoral⁵¹.

Possivelmente para certificar-se das potencialidades desse ramo de atividade, Lobato imprimiu, às suas expensas, o inquérito sobre o Saci-Pererê que organizara para o *Estadinho*⁵². O volume, com quase trezentas páginas, veio à público no início de 1918, tendo a primeira edição esgotado em apenas dois meses⁵³. Animado com os resultados, Lobato decidiu lançar o seu próprio livro de contos, reunindo o que de melhor publicara em revista e jornais.

A aquisição da *Revista do Brasil*, periódico que desfrutava de grande reputação nos meios intelectuais, coadunava-se perfeitamente com os projetos de Lobato, que poderia então fundar sua editora sob a prestigiosa chancela da revista⁵⁴. O enorme sucesso alcançado pelo seu primeiro livro,

⁴⁸ *Idem/ibidem*, v.II, p.21.

⁴⁹ LOBATO, José Bento Monteiro. *Cartas Escolhidas*. SP, Brasiliense, 1959, Obras Completas, v.17, t.2, p.68.

⁵⁰ KOSHIYAMA, Alice Mitika. *ob.cit.* p.59.

⁵¹ Para uma análise das condições do mercado editorial no período ver: HALLEWELL, L. *O Livro no Brasil*. SP, T. A. Queiroz — EDUSP, 1986, cap.10 a 13.

⁵² “Meu Saci está pronto, isto é, composto, falta só a impressão. Se o negócio correr bem, editarei outros livros”. LOBATO, José Bento Monteiro. *A Barca...* v.II, p.160.

⁵³ O sucesso do *Saci* não deve ter surpreendido Lobato pois antes mesmo de colocá-lo no mercado vaticinava: “O *Saci* é um livro sui-generis: para criança, para gente grande, para sábios folclóricos, ninguém escapa. Dará dinheiro”. *Idem/ibidem*, v.II, p.152.

⁵⁴ A idéia de lançar as edições da *Revista do Brasil* não era nova. O próprio Lobato afirmava em agosto de 1917: “O Pinheiro Júnior pensa numa série de edições da *Revista do Brasil*, estamos na sua lista. Só aguarda a ‘baixa do papel’. Também o Pinheiro põe e Marte dispõe”. *Idem/ibidem*, v.II, p.151. Na RBR 6 (24): 573, dez. 1917 consta, na parte reservada à propaganda, anúncio do livro de contos de Lobato *Dez Mortes Trágicas*, a ser lançado pelas Edições da *Revista do Brasil* em fevereiro ou março de 1918. Esse era o título inicialmente escolhido para *Urupês*.

Urupês, lançado em julho de 1918⁵⁵, contribuiu para demover qualquer dúvida sobre as potencialidades da atividade editorial.

De posse da *Revista do Brasil*, a primeira preocupação de Lobato foi torná-la rentável. Entretanto, a julgar pelos aspectos formais — estruturação interna do conteúdo, sessões, dimensão, capa, número de páginas, tipo de material iconográfico utilizado — a presença de Lobato não trouxe alterações significativas à publicação. O cuidado em preservar a mesma aparência pode ser encarado como uma tática para demonstrar que o periódico continuava fiel ao padrão de excelência que lhe havia garantido renome nos círculos cultos.

Por outro lado, o novo proprietário procurou torná-la mais leve e atraente aumentando o espaço dedicado à criação literária⁵⁶. Em duas oportunidades Lobato externou a sua opinião a respeito da publicação que acabara de adquirir: em agosto de 1918 lembrava a Rangel que “o fato do teu romance ter saído na *Revista do Brasil* corresponde a quase ineditismo. Ninguém lê essa maçuda e irrespirável revista cheia de cracas acadêmicas. Estás ali tão inédito como se te publicasse *O Correio Paulistano*. É indispensável vires à público em livro”⁵⁷. Na mesma época, em carta a Lima Barreto, afirmava: “A *Revista do Brasil* deseja ardentemente vê-lo entre seus colaboradores. Ninho de medalhões e pérolas, ela clama por gente interessante, que dê coisas que caíam no gosto do público... A confraria é pobre, mas paga, por isso não há razão para Lima Barreto deixar de acudir o nosso pedido”⁵⁸.

Sem dúvida Lobato pretendia adequar a publicação a um público mais amplo, tendo em mira o crescimento do número de leitores. Segundo suas

⁵⁵ “A primeira edição de mil exemplares foi vendida em exatamente um mês... rendeu um lucro líquido de 1.500\$000. Em três de outubro os mil e oitocentos exemplares da segunda edição já haviam sido vendidos e, por ocasião da quarta edição, que foi necessária em abril do ano seguinte, já se havia vendido um total de oito mil exemplares. Em junho... esse número subira para onze mil e quinhentos. Dificuldades na impressão adiaram a edição seguinte até dezembro, do que resultou que os pedidos acumulados a esgotaram no próprio dia da publicação. Assim, em princípios de 1920, Lobato ousou arriscar uma nova edição de oito mil exemplares, tiragem quase inédita para um livro brasileiro de ficção na época. Até 1923, tinham sido feitas nove impressões, totalizando trinta mil exemplares, número que, como a experiência posterior demonstraria, representava aproximadamente o ponto de saturação do mercado para livros de ficção naquela época”. HALLEWELL, L. *ob.cit.* p.240-241. Para o sucesso inicial do livro colaborou o fato de Ruy Barbosa tê-lo citado no seu famoso discurso de 1919 *A Questão Social e Política no Brasil*, que foi reproduzido na RBR 10 (40): 381-421, abr. 1919.

⁵⁶ Até o número 34 a revista informava, na sua contracapa, que só publicava trabalhos inéditos. A partir do citado número essa indicação deixou de aparecer, atestando que houve reformulações nos critérios de seleção do corpo de artigos da revista.

⁵⁷ LOBATO, José Bento Monteiro. *A Barca...* v.II, p.180.

⁵⁸ *Apud*: CAVALHEIRO, Edgard. *A Correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto*. RJ, MEC, Serviço de Documentação, 1955, p.13-14. Entretanto é importante assinalar que Lobato não dispensava o concurso dos medalhões, como atesta uma observação atenta na listagem dos colaboradores do periódico.

próprias palavras, ele estava a "desenvolver furiosamente a propaganda"⁵⁹. Três meses depois de ter comprado o mensário declarava a Rangel:

"quando me fiquei com ela entravam em média doze assinaturas por mês. Hoje entra isso por dia. Nessa primeira quinzena de agosto registrei cento e cinquenta assinantes novos. Meu processo é obter em cada cidade o endereço de pessoas lêem e enviar a cada uma o prospecto da revista, com uma carta direta e mais coisas — iscas. E atico em cima o agente local. Estou a operar sistematicamente pelo piás inteiro. Manda-me pois daí o nome das pessoas alfabetas menos cretinas e merecedoras da honra de ter a nossa revista"⁶⁰.

Possivelmente para agilizar a divulgação da revista além das fronteiras paulistas, Lobato criou o cargo de diretor estadual da revista, convidando para exercê-lo pessoas que então desfrutavam de renome no mundo literário⁶¹.

Dessa maneira Lobato estava promovendo uma verdadeira revolução no sistema de distribuição, até então restrito a algumas dezenas de livrarias. O passo seguinte foi enviar uma circular a todos os agentes dos correios solicitando endereço de papelarias, bazares, armazéns, farmácias, lojas de ferragens, de fazenda, enfim qualquer estabelecimento capaz de vender seus produtos, ou seja, a *Revista do Brasil*, *Urupês* e o *Saci-Pererê*. Lobato enviava as obras em consignação, pagando 30% de comissão sobre o preço de cada exemplar vendido e aceitava-os de volta caso não tivessem saído⁶².

Em fevereiro de 1919 o rol das Edições da *Revista do Brasil* foi acrescido de *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, de Lima Barreto e *Rindo de Martin Francisco*⁶³. Pouco depois de completar um ano à frente da revista, Lobato não só havia saldado todo o passivo da publicação, que montava em dezesseis contos de réis, como dispunha de um ativo de setenta contos, isso

⁵⁹ LOBATO, José Bento Monteiro. *A Barca...* v.II, p.173. Os números da revista passaram a estampar um cupom promocional que dava direito a uma assinatura grátis a todos aqueles que angariassem quatro novos assinantes.

⁶⁰ *Idem/ibidem*, v.II, p.179-180. Em apenas uma oportunidade Lobato mencionou o número de assinantes; foi numa carta a Rangel datada de 20.04.1919, onde afirmava ter a revista três mil assinantes, p.194. Para o período anterior não obtivemos nenhum dado a esse respeito.

⁶¹ Foram diretores estaduais: José Maria Bello (RJ), J. A. Nogueira (MG), Mário Sette (PE), Antonio Salles (CE), João Pinto da Silva (RS), J. de Aguiar Costa Pinto (BA), Seraphim França (PR), Alcides Bezerra (PB), Henrique Castriciano (RN), João Batista de Faria e Souza (AM). Os diretores estaduais foram mencionados na revista entre os números 33 e 52.

⁶² Ver LOBATO, José Bento Monteiro. *Prefúcios e Entrevistas*. SP, Brasiliense, 1956, *Obras Completas*, v.13, p.158 e 189-190, onde ele descreve, em várias oportunidades, as técnicas que utilizou para vender livros. Já KOSHIYAMA, Alice Mitika. *ob.cit.* p.73-74 analisa os métodos lobatianos, apontando suas vantagens e limitações.

⁶³ "... a seção das edições toma corpo. Ontem (19.02.1919) saiu o romance de Lima Barreto; sai hoje o primeiro da série de Martin Francisco e quantos na bica! O negócio vai crescendo na fatura de livros". LOBATO, José Bento Monteiro. *A Barca...* v.II, p.189. Na *RBR* 9 (37), jan. 1919, os livros citados eram anunciados na parte reservada à propaganda.

sem abalar o prestígio da publicação. Organizou então, em meados desse mesmo ano, a sua própria editora com um capital de cem contos⁶⁴.

Enquanto editor Lobato empregou métodos que alteraram os parâmetros até então vigentes no mercado de livros. Consciente de que vendia uma mercadoria como qualquer outra — “faço livros e vendo-os... exatamente o negócio do que faz vassouras e vende-as, do que faz chouriço e vende-os”⁶⁵ — ele preocupou-se, contrariando a praxe da época, em divulgar o seu produto e colocá-lo ao alcance do grande público. Costumava afirmar que “livro não é gênero de primeira necessidade, que o sujeito é obrigado a ir procurar aonde exista, para não morrer de fome. Livro é sobremesa: tem que ser posto debaixo do nariz do freguês, para provocar-lhe a gulodice”⁶⁶.

Nessa medida Lobato multiplicou os pontos de venda, anunciou os livros de sua editora em jornais e revistas, fato até então pouco comum⁶⁷, passou a dar atenção aos títulos⁶⁸, à divisão do texto e ao nome dos capítulos⁶⁹, preocupou-se com a diagramação e a qualidade da impressão, contratou ilustradores, colocou cor nas capas⁷⁰, abandonou o tradicional formato francês (12x19cm) em prol de um padrão próprio (12x16, 5cm) menor e que possibilitou o barateamento das edições, deu oportunidade à jovens escritores⁷¹.

No decorrer de 1919 sua editora lançou quinze obras, num total de sessenta mil exemplares. Entusiasmado, relatava a Rangel: “nossa casinha

⁶⁴ *Idem/ibidem*, v.II, p.202

⁶⁵ *Idem/ibidem*, v.II, p.211.

⁶⁶ Declaração atribuída a Lobato por BARROS, Leonel Vaz de. *Páginas Várias*. RJ, José Olympio, 1957, p.84. Ou ainda: “A máquina está bem montada — a máquina de gravar gansos ou de obrigar esse país ler a força. O nosso sistema não é esperar que o leitor venha, vamos onde ele está, como o caçador. Perseguimos a caça. Fazemos o livro cair no nariz de todos os possíveis leitores dessa terra. Não nos limitamos às capitais, como os velhos editores. Afundamos em quanta biboca existe”. LOBATO, José Bento Monteiro. *A Barca...* v.II, p.239. KOSHIYAMA, Alice Mítika. *ob.cit.* p.76 informa que entre os leitores da *Revista do Brasil, Urupês e Cidades Mortas* estava Êrico Veríssimo, que então morava no interior do Rio Grande do Sul.

⁶⁷ “O meu *Narizinho...* tem que ser metido bucho a dentro do público, tal qual fazem as mães com o óleo de ricino. Gastei quatro contos num anúncio de página inteira num jornal.” LOBATO, José Bento Monteiro. *A Barca...* v.II, p.230.

⁶⁸ Em carta a Lima Barreto, Lobato assim explicava o fracasso do romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* por ele editado: “O teu livro sai pouco, sabe por que? O título não é psicologicamente comercial. Um bom título é metade do negócio. Ao ler o título do teu romance toda gente supõe que é a biografia de... um ilustre desconhecido”. CAVALHEIRO, Edgard. *A Correspondência...* p.42.

⁶⁹ “Recebi *Vida Ociosa*. Parece-me aconselhável trocar a simples enumeração dos capítulos, coisa anti-comercial, pela denominação dos capítulos, coisa comercialíssima. Acho horrivelmente árido um romance de capítulos numerados. E é fértil o que em cada capítulo tem um títulozinho tentador... Tudo que nos livros dispõe o bem do público leitor e comprador é agradável a Deus”. LOBATO, José Bento Monteiro. *A Barca...* v.II, p.139.

⁷⁰ “Chamei desenhista, mandei por cores berrantes na capa. E também mandei por figuras”. LOBATO, José Bento Monteiro. *Leitura*, 13, set. 1943. *Apud*: HALLEWELL, L. *ob.cit.* p.251.

⁷¹ Hilário Tácito, Leo Vaz, Godofredo Rangel, Ribeiro Couto, Paulo Setúbal, estão entre os muitos autores lançados por ele. LOBATO, José Bento Monteiro. *Prefícios e Entrevistas*, p.255.

editora vai de vento em popa — mas que vento: furacão! Não há memória de triunfo igual⁷². Contudo esses números ainda eram modestos perto dos duzentos mil volumes produzidos em 1921⁷³. Em 1923 o catálogo da editora tinha quase duzentos títulos⁷⁴.

O seu sucesso como editor forçou-o a entrar no ramo gráfico, uma vez que as seções de obras dos grandes jornais, onde normalmente eram impressos os livros, não estavam aparelhados para produzir na quantidade exigida pelo editor e nem tão pouco para oferecer a qualidade estética desejada. Em maio de 1922, com sua empresa já organizada sob a forma de sociedade anônima, Lobato anunciava à Rangel a instalação das “tão sonhadas oficinas”, que tomariam proporções cada vez maior. No final desse mesmo ano a sociedade registrava aumento de capital para mil contos e a entrada de novos sócios, entre eles Paulo Prado⁷⁵. Em 1924 surgia a Companhia Gráfica Editora Monteiro Lobato, cujas oficinas próprias estavam instaladas no Brás

“num prédio de cinco mil metros quadrados de área coberta, todo cheio de máquinas, entre elas novidades: os primeiros monotipos entrados em São Paulo. O linotipo compõe linhas inteiras; o monotipo funde tipo por tipo. Maravilha... Há lá um mundo de linotipos e prelos... O prédio é uma beleza — é um monstro”⁷⁶.

Dessa forma a edição de livros, que começou como uma atividade subsidiária da *Revista do Brasil*, logo tornou-se o ramo principal dos negócios de Lobato, obrigando-o a afastar-se cada vez mais da literatura e da revista. Queixava-se ao amigo Rangel em tom de lamento

“há mil coisas a atender, e o tempo voa e não dou conta do serviço! Começo a não ler nada, estou a caminho da bestificação. Três anos de vida como esta, e estou galego de balcão, com os pés virados para fora... Meu nome, que aparecia no alto dos livros ou embaixo de artigos, virou agora objeto de registro na Junta Comercial”⁷⁷.

⁷² LOBATO, José Bento Monteiro. *A Barca...* v.II, p.207, ou ainda: “comercialmente o negócio encorpa dia a dia. A coisa vai, Rangel”, p.215.

⁷³ “Temos editado brutalmente. Já trinta edições este ano (1921) e mais quinze que estão para esse mês — de dois em dois dias uma. Isso me cheira a record...” *Idem/ibidem*, v.II, p.235.

⁷⁴ HALLEWELL, L. *ob.cit.* p.253.

⁷⁵ “... reformamos a sociedade, metendo vários sócios comandatários e subindo o capital para mil contos. Entraram o Paulo Prado, que vai dirigir a *Revista do Brasil*, Macedo Soares e outros. Vamos ampliar as oficinas e expandir o negócio”. LOBATO, José Bento Monteiro. *A Barca...* v.II, p.246-247, carta datada de 15.12.1922. De fato a partir de janeiro de 1923 Paulo Prado, que contribuiu para integralizar o capital necessário para a montagem do parque gráfico, assumiria a revista enquanto Lobato concentrava seus esforços na Empresa Editora Monteiro Lobato & Cia.

⁷⁶ *Idem/ibidem*, v.II, p.264.

⁷⁷ *Idem/ibidem*, v.II, p.191. Essa carta era datada de 20.02.1919. Dois anos mais tarde reiterava: “A minha obra literária, Rangel, está cada vez mais prejudicada pelo comércio. Acho que o melhor é encostar a literatura e enriquecer... então desencosto a coitadinha e continuo. E não será longo o encostamento — uns três anos, a avaliar a violência com que este negócio cresce”, v.II, p.231.

Apesar do nome de Lobato ter quase sempre figurado entre os diretores da *Revista do Brasil*⁷⁸, a efetiva gerência do periódico foi sendo progressivamente delegada a outros. Em abril de 1924 Lobato anunciava a Rangel: "entreguei a revista ao Paulo Prado e Sérgio Milliet e não mexo mais naquilo. Eles são modernistas e vão ultramodernizá-la. Vejamos o que sai — e se não houver baixa no câmbio das assinaturas, o modernismo está aprovado"⁷⁹. Não se tratava de simples retórica. Ao receber uma contribuição de Rangel para a revista escreveu-lhe que era preciso "o diretor da revista (eu sou honorário) aprove"⁸⁰.

Na sua origem a *Revista do Brasil* foi concebida enquanto instrumento de ação pelo grupo do jornal *O Estado de S. Paulo*, que acreditava na capacidade transformadora e pedagógica da palavra escrita. Lobato, integrante ilustre dessa plêiade, nunca deixou de comungar dessa opinião. Entretanto, com sua aguda percepção empresarial, ele também foi capaz de utilizar eficazmente o periódico enquanto meio para a realização de seus negócios. A preocupação de torná-lo rentável obrigaram-no a levar em conta o gosto do público, enquanto as freqüentes alterações no quadro dirigente trouxeram mudanças para a linha editorial e favoreceram a diversidade de colaborações e colaboradores, permitindo à publicação espelhar o pensamento de vários setores da intelectualidade. A tensão entre modernistas e os passadista, que a partir de 1924 explodiu nas suas páginas, constitui um bom exemplo de como a publicação foi capaz de abrigar opiniões contrastantes, o que a torna um manancial dos mais ricos para o estudioso do período.

É certo que desde o início dos anos vinte a publicação vivia, do ponto de vista financeiro, à sombra da editora. Entretanto não parece correto supor, como fez Leo Vaz, que Lobato tivesse insistido em mantê-la viva por mero sentimentalismo, à exemplo do fazendeiro enriquecido que conserva no pasto a sua bestinha baia de estimação⁸¹. Com o seu particular senso comercial, Lobato tinha clareza da importância da *Revista do Brasil* para a editora e ele soube utilizá-la enquanto uma grande vitrine para si e seus produtos. A descrição fornecida pelo próprio Vaz deixa patente o enorme prestígio adquirido pelo periódico:

⁷⁸ O quadro dirigente da revista foi o seguinte: 1 ao 29 — diretores: Júlio de Mesquita, Alfredo Fujo, Luís Pereira Barreto, secretário Pinheiro Júnior; 30 ao 41 — diretor: Monteiro Lobato, secretário Pinheiro Júnior, até o número 36 e depois Alarico F. Caiuby; 42 ao 48 — diretores: Monteiro Lobato e Lourenço Filho, secretário Caiuby; 49 ao 60 — diretor: Monteiro Lobato, secretário até o número 56 Caiuby, que não foi substituído; 61 ao 66 — diretores: Afrânio Peixoto e Amadeu Amaral, Lobato figurava como editor; 67 a 72 — diretores: Monteiro Lobato e Afrânio Peixoto, secretário Moacyr Deabreu nos números 67 a 69 e Brenno Ferraz do 70 ao 72, ocupando o cargo de redator; 73 a 75 — diretores: Monteiro Lobato e Brenno Ferraz, sem indicação de redator ou secretário; 76 a 84 — diretores Monteiro Lobato, Brenno Ferraz e Ronald de Carvalho; 85 a 113 — diretores: Monteiro Lobato e Paulo Prado, redator Júlio César da Silva até o número 97 e Sérgio Milliet do 98 ao 113.

⁷⁹ LOBATO, José Bento Monteiro. *A Barca...* v. II, p. 264.

⁸⁰ *Idem/ibidem*, v. II, p. 270.

⁸¹ BARROS, Leonel Vaz. *ob.cit.* p. 76 atribui a Monteiro Lobato a autoria da comparação.

"Seu renome e prestígio eram grandes tanto em São Paulo como nos demais centros de atividade intelectual do país. E da cidade tudo quanto era escritor, artista, jornalista, poeta, pensador ou mero 'sapo' em alguns desses setores, tinha ali naquelas duas saletas o seu habitual ponto de encontro. Com o que o expediente da revista só vigorava mesmo, e produzia o que era indispensável, no período da manhã, em que ali estávamos Lobato, Alarico (Silveira), (Armando) Caiubi e eu. À tarde, a revista virava clube ou tertúlia, cavaqueavam, discutiam, ou tiravam uma furtiva soneca, os mais variados, heterogêneos e descontraídos espécimes intelectuais... Eram obrigatórias ou esporádicas as presenças de Artur Neiva, Manequinho Lopes, Plínio Barreto, Felinto Lopes, Paulo Setúbal, Hilário Tácito, Raul de Freitas, Quinzinho Correa, Indalécio Aguiar, Armando Rodrigues, Júlio César da Silva, Wash Rodrigues, Roberto Moreira, Ricardo Cipicchia, Voltolino, Cornélio Pires, Amadeu Amaral, Oswald de Andrade e ainda muitos outros... Mas também do interior, do Rio, ou de outros Estado, não tinha por aquele tempo nenhum intelectual ou artista que viesse à São Paulo e que não buscasse a redação da revista"⁸².

A fim de não circunscrever as atividades de sua editora às páginas destinadas à propaganda, criou seções como *Notícias Literárias*, que anunciava os livros antes deles virem à público; *Movimento Editorial* onde, no corpo do periódico, eram listadas as obras lançadas, sua tiragem e próximas edições, isso não apenas em relação à editora de Lobato mas também das concorrentes, o que acabava por conferir ao conjunto um tom de imparcialidade capaz de tornar mais verossímil os elogios tecidos à sua empresa. Uma vez publicada, a obra era apreciada na *Bibliografia*, muitas vezes pelo próprio Lobato, que assim ungia a obra com o seu prestígio, além disso qualquer comentário elogioso, procedente de outros órgãos de imprensa, era transcrito na *Resenha do Mês*. A revista chegou a possuir também uma seção intitulada *A Literatura Nacional no Estrangeiro*, onde eram compiladas as críticas provenientes de jornais e revistas do exterior, com especial destaque para os livros editados por Lobato.

A *Revista do Brasil* cumpria ainda o importante papel de tirar do anonimato os neófitos lançados pela editora. No mensário eles publicavam contos, poesias, ensaios, artigos, de modo a familiarizar o público com os nomes que, pouco depois, ele encontraria nos livros. Lobato idealizou também a série *Galeria dos Editados*, uma página inteira em papel couché com o retrato de autores que tivessem obras publicadas pela casa. A revista alimentava um culto à figura de Lobato, que era enaltecida através de notícias que davam conta da tradução de suas obras para outras línguas, de resenhas favoráveis as suas novas produções e da reprodução de comentários elogiosos que lhe eram feitos na imprensa.

A *Revista do Brasil* propugnou com insistência a necessidade de um maior intercâmbio cultural entre os países latinos, fato que não pode ser dissociado das pretensões de Lobato de lançar seus produtos nos países de

⁸² *Idem, ibidem*, p.78-79.

língua espanhola por intermédio da Argentina. A partir de 1919 as referências à república vizinha tornaram-se constantes nas revistas: livros, escritores, artigos da imprensa portenha ganharam, desde então, espaço no periódico. A editora, por sua vez, lançou uma coleção denominada *Biblioteca Americana*, inaugurada com *Facundo* de Domingo Sarmiento⁸³. Os contatos de Lobato com a intelectualidade argentina amudaram-se e ele chegou mesmo a iniciar negociações, que não chegaram a bom termo, com a Cooperativa Editorial Argentina. Vários contos seus, assim como de autores por ele editados, foram publicados em jornais e revistas desse país⁸⁴.

Porém o crescimento e prosperidade de Lobato não se assentava em bases sólidas. As imensas dívidas contraidas para a instalação da nova oficina gráfica — de longe a maior, mais moderna e bem equipada do Estado — deveriam ser pagas com o faturamento dos meses subsequentes. O próprio Lobato demonstrava plena consciência de quão tênue era o seu equilíbrio financeiro ao afirmar: "... às vezes me dá medo. E se o arranha-céu desaba? Nós, que lá na rua Boa Vista não devíamos um vintém, agora vemos milhares de contos.. e a pagar-se em prestações mensais"⁸⁵.

Bastou uma conjuntura desfavorável, marcada pela Revolução de 1924, que impôs três meses de inatividade à empresa; pela política deflacionária de Bernardes, com a retração do crédito bancário; pela seca prolon-

⁸³ Nas páginas da *Revista do Brasil* destinadas à propagação Lobato, além de anunciar as obras por ele editadas, oferecia ao público uma lista de livros argentinos, sob o título *Novidades Argentinas*, que poderiam ser solicitados juntamente com os seus produtos. Ver, por exemplo, RBR 19 (73): 95, jan. 1922.

⁸⁴ Quando da morte de Valdomiro Silveira (1941), Braulio Sanchez-Sáez afirmou: "Monteiro Lobato, com esse seu espírito americanista de formidável energia, foi-me orientando entre os livros que editara, naquela primitiva realização editorial que, com o correr dos anos viria a ser a casa mais importante de toda a América do Sul, e que tinha por objetivo tornar conhecidos os valores novos desse tempo. Era lá na Rua dos Gusmões, quando essa empresa começava as grandes empreitadas. Conheci, então, muitos escritores novos nessa época, hoje prestigiosos líderes do Brasil intelectual: Menotti del Picchia, Paulo Gonçalves, Plínio Barreto, Leo Vaz, Veiga Miranda, Gabriel Marques, Sampaio Dória, Júlio César da Silva e Galeão Coutinho... Lembro-me bem que o primeiro conto por mim traduzido foi *Os Curiaños* de Valdomiro Silveira, o segundo *Os Selvagens* de Vicente de Carvalho e o terceiro *Negrinha* de Monteiro Lobato. Confesso que essas três publicações constituíram um êxito extraordinário... Tanto Valdomiro Silveira como Monteiro Lobato tiveram influência capital na geração argentina de 1920... Como Monteiro Lobato, Valdomiro Silveira penetrou na literatura argentina. Todos aqueles jovens, que se reuniam, lá pelo ano de 1920, ... fomos, nas várias viagens que realizamos nos anos de 1922 a 1928, influenciados pelas letras paulistas, durante as visitas a este florescente Estado e a Monteiro Lobato & Cia, ponto de reunião da juventude literária de São Paulo. Ao voltarmos de novo a Buenos Aires, tanto Nicolás Olivari, Lorenzo Stanchina, Luis Emilio Soto, Salvador Alfredo Gomis e Pedro Juan Vignale, como eu mesmo, estávamos todos impregnados do movimento criador paulista" SANCHEZ-SÁEZ. Braulio. Valdomiro Silveira na Literatura Argentina. *O Estado de S. Paulo*. 07.06.1941. *Apud*: DIAS, Carmem Lydia de Souza. *Paixão de Raiz* (Valdomiro Silveira e o Regionalismo). SP, Ática, 1984, p.256-259. Braulio, que colaborava na revista, foi apresentado na RBR 21 (83): 247, nov.1922 como o representante da mesma em Buenos Aires. Ele foi o responsável pela organização do Inquérito Literário Sul-Americano, que tinha por finalidade avaliar o grau de conhecimento da produção intelectual brasileira entre os letrados do continente. Os resultados foram publicados na RBR 23 (91): 193-205, jul. 1923.

⁸⁵ LOBATO, José Bento Monteiro. *A Barca...* v.II, p.270, carta datada de 07. 10. 1924.

gada do ano seguinte, que cortou drasticamente o fornecimento de energia elétrica⁸⁶ para arrastá-lo, em agosto de 1925, à falência.

Terminava assim melancolicamente a aventura editorial de Lobato. Alguns contemporâneos atribuíram-lhe um otimismo exagerado, aponto de torná-lo imprudente; outros consideravam que suas idéias econômicas e sociológicas não passavam de ingenuidades literárias; e houve até quem se confessasse rejubilado intimamente sempre que o via colher decepções quando se metia a semear fora do campo literário⁸⁷. Entretanto parece suficiente assinalar que as máquinas por ele importadas em 1924 ainda eram consideradas "eficientes numa das maiores e mais modernas oficinas gráficas do país quarenta anos depois"⁸⁸. O último número da primeira fase da *Revista do Brasil* circulou em maio de 1925, totalizando mais de nove anos de existência. Na simbiose revista-editora residiu, em larga medida, o segredo de sua longevidade.

⁸⁶ "A situação piora. A Light que prometera restabelecer a força este mês, avisa hoje que fará nova redução na energia fornecida. Só podemos trabalhar agora dois dias por semana! E como a horrenda seca que determinou esta calamidade continua, é voz geral que teremos completa supressão de força em novembro. O desastre que isso representa para São Paulo é imenso, e como se junta à crise de energia elétrica a crise de água da Canteira e a crise bancária, o mal é enorme. Até o recurso de montarmos um motor a Diesel falhou; depois de assuntado, faltou-nos água para o resfriamento... verdadeira calamidade... Eu podia prever tudo no meu negócio menos isso: seca do Ceará em São Paulo". *Idem/ibidem*, v.II, p.277-8.

⁸⁷ BARRETO, Plínio. *Páginas Avulsas*. RJ, José Olympio, 1958, p.168-169.

⁸⁸ TRAVASSOS, Nelson Palma. *Minhas Memórias...* p.248-249.